

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
Capítulo I	
OS DIREITOS DA PERSONALIDADE	7
1. Conceito e evolução histórica	7
2. Características	14
3. Tutela à pessoa jurídica	16
4. Direitos da personalidade na Constituição Federal	18
5. Direitos da personalidade em espécie	23
6. Direitos da personalidade tuteláveis na produção da prova	28
6.1. O direito à vida privada e à intimidade	31
6.2. O direito à honra	35
6.3. O direito à imagem	37
6.4. O direito ao sigilo	39
Capítulo II	
A PRODUÇÃO DA PROVA	43
7. Princípios processuais constitucionais	43
8. Princípios constitucionais e direitos da personalidade	47
9. Princípio do devido processo legal	50
9.1. Devido processo legal em sentido genérico	51
9.2. O <i>procedural due process</i>	51
10. Princípio do livre acesso ao Poder Judiciário	52
11. Princípio do contraditório e da ampla defesa	54
12. O sistema de produção da prova	55
12.1. Produção da prova no processo civil	57
12.2. Produção da prova no processo penal	60
12.3. Produção da prova no processo administrativo	62
12.4. Delimitação do tema	64
13. Meios de prova que envolvem direitos da personalidade	65
13.1. Interceptação das comunicações telefônicas	68

13.2. Gravação, interceptação e escuta ambiental	72
13.3. Quebra do sigilo bancário	74
14. Conclusão parcial	80

Capítulo III

PROVAS ILÍCITAS	83
15. Conteúdo e alcance	83
16. Evolução doutrinária e jurisprudencial	87
17. Classificação	90
18. Relação entre as provas ilícitas e os direitos da personalidade	92
19. Provas ilícitas derivadas	93
20. Exclusão e admissão das provas ilícitas	95
21. Importância da ilicitude da prova para a análise da responsabilidade civil	97

Capítulo IV

PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE	101
22. Conteúdo jurídico	101
23. Evolução doutrinária e jurisprudencial	106
24. Subprincípios da proporcionalidade	110
25. Proporcionalidade e razoabilidade	112
26. Alcance	121
27. Proporcionalidade como princípio constitucional implícito	124
28. A proporcionalidade no aproveitamento da prova	127
28.1. Proporcionalidade nas comunicações telefônicas	128
28.2. Proporcionalidade e as cartas pessoais, telegramas e papéis particulares	129
28.3. Proporcionalidade na gravação ambiental	131
28.4. Proporcionalidade no exame pericial de DNA	132
28.5. Proporcionalidade e requisição judicial de dados sobre o patrimônio da pessoa	135
28.6. Proporcionalidade, busca pessoal e identificação dactiloscópica	136
28.7. Proporcionalidade na quebra do sigilo bancário	138
29. Proporcionalidade na responsabilidade civil decorrente da produção da prova	140

Capítulo V

RESPONSABILIDADE CIVIL NA PRODUÇÃO DA PROVA	143
30. Considerações gerais sobre responsabilidade civil	143
31. O dano aos direitos da personalidade	146
32. Delimitação da responsabilidade civil decorrente da prova ..	149
33. A exegese dos meios de prova e o grau de envolvimento dos direitos da personalidade	152
34. Critérios de aferição quanto à responsabilidade civil decor- rente da prova	155
34.1. A ilicitude dos meios de prova	156
34.2. O momento processual da prova e o juízo de admis- sibilidade	160
34.3. A prova criminal e a prevalência do interesse público ..	163
34.4. O critério secundário da carga de eficácia da prova na solução da lide	170
35. Princípio da proporcionalidade, princípio da razoabilidade e o conceito de prova razoável	171
36. Considerações sobre responsabilidade civil e processo	174
36.1. Responsabilidade civil decorrente da persecução cri- minal e da formação do processo	176
36.2. Responsabilidade civil decorrente do exercício da advocacia	179
36.3. Responsabilidade civil decorrente do processo admi- nistrativo tributário	184
36.4. Responsabilidade civil e dano processual	186
37. Considerações sobre a responsabilidade do Estado	189
38. Análise casuística	198
CONCLUSÃO	201
BIBLIOGRAFIA	207